ÍNDICE GERAL

Págs.

INTRODUÇÃO 9

CAPÍTULO I

O PROBLEMA DA NATUREZA DOS DIREITOS SOCIAIS ENQUANTO DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. Os direitos sociais como problema político e como problema jurídico 17

1.1. O problema jurídico-constitucional dos direitos sociais 31

2. De que falamos quando falamos de direitos sociais? Uma primeira definição 36
3. Os direitos sociais como direitos fundamentais 65

3.1. O constitucionalismo e os direitos sociais 65
3.2. As dúvidas sobre a natureza jusfundamental dos direitos sociais 75

CAPÍTULO II

OBJECÇÕES DOGMÁTICAS AO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS SOCIAIS COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS 87

1. A reserva do possível ou do financeiramente possível 89

1.1. O contra-argumento da existência de custos análogos nos direitos de liberdade 93
1.2. A *reserva do possível* como *normalidade* pretensamente equivalente à reserva de ponderação que afecta os direitos de liberdade 103
1.3. A garantia dos direitos sociais como pressuposto da garantia dos direitos de liberdade 109
1.4. Os limites de separação de poderes ao apuramento do *financeiramente possível* 115

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Págs.

2. Uma diferença estrutural marcante: os direitos sociais seriam direitos positivos e os direitos de liberdade seriam direitos negativos 123
3. A indeterminabilidade de conteúdo constitucional dos direitos sociais 141

3.1. Os *direitos a prestações derivados* da lei enquanto direitos integrantes do direito fundamental social 155

CAPÍTULO III

MODELOS DE ATRIBUIÇÃO DE RELEVÂNCIA JURÍDICO-CONSTITUCIONAL AOS DIREITOS SOCIAIS

1. Modelos de relevância jurídico-constitucional dos direitos sociais 181
2. A relevância dos direitos sociais na sua dimensão positiva 189

2.1. A construção da relevância jurídica dos direitos sociais em torno da garantia de um *mínimo social*. Crítica 190

2.1.1. *Mínimo social* como mínimo existencial ou vital 194
2.1.2. *Mínimo social* como garantia do *conteúdo essencial* dos direitos sociais 199
2.1.3. Apreciação crítica 205

2.2. A construção da relevância jurídico-constitucional dos direitos sociais segundo um modelo de razoabilidade e ponderação. Crítica 209

2.2.1. Modelo de *razoabilidade* desenvolvido pelo Tribunal Constitucional sul-africano 210
2.2.2. Modelo de ponderação proposto pela teoria dos direitos fundamentais como princípios 223

3. A relevância dos direitos sociais na sua dimensão negativa 238

3.1. A construção da relevância jurídica dos direitos sociais em torno do princípio da proibição do retrocesso. Crítica 240

CAPÍTULO IV

OS DIREITOS SOCIAIS NUMA DOGMÁTICA UNITÁRIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. A relevância da especificidade dos direitos sociais numa dogmática unitária de direitos fundamentais 251

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Págs.

2. Fundamento e quadro de uma dogmática de direitos fundamentais unitária e abrangente e tópicos de uma diferenciação necessária 255

a) Dever estatal de respeito dos direitos fundamentais 257
b) Dever estatal de protecção dos direitos fundamentais 259
c) Dever estatal de promoção dos direitos fundamentais 261

2.1. Natureza *prima facie* ou natureza *definitiva* da norma constitucional de garantia 269
2.2. Natureza do dever estatal associado ao direito fundamental e diferenciação das reservas que o afectam 271
2.3. Direito negativo ou direito positivo 282

3. Relevância jurídica dos direitos sociais 302

3.1. Direitos sociais enquanto direitos positivos 304
3.2. Direitos sociais enquanto direitos negativos 311

4. Os direitos sociais como direitos fundamentais e as questões de competência — direitos sociais como trunfos contra a maioria? 319

CAPÍTULO V

OS DIREITOS SOCIAIS NA ORDEM JURÍDICA PORTUGUESA

1. Direitos de liberdade e direitos sociais na encruzilhada das opções constituintes do período pós-revolucionário 333
2. Distinção entre direitos, liberdades e garantias e direitos económicos, sociais e culturais 340

2.1. A acção de intimação para a protecção de direitos, liberdades e garantias e os direitos sociais 350

3. O regime constitucional dos direitos sociais e a pretensa distinção entre um regime específico de protecção dos direitos, liberdades e garantias e um regime próprio dos direitos sociais. Crítica 358
4. A justiça constitucional e os direitos sociais 374

4.1. A jurisprudência constitucional portuguesa sobre direitos sociais 377

BIBLIOGRAFIA 399
ÍNDICE IDEOGRÁFICO 407

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br